

## DIA DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA (6 de maio de 2016)

José Carmo

Gostaria de começar por agradecer a presença de todos nesta cerimónia e de cumprimentar os oradores precedentes, com um especial agradecimento à minha colega, Professora Elisete Almeida, pela magnífica oração de sapiência com que nos presenteou.

Cumprimento igualmente a Sr.<sup>a</sup> Administradora e, na sua pessoa, todos os funcionários não docentes, bem como o Secretário da Direção da Associação Académica, que substitui nesta cerimónia o Presidente da AAUMa que se encontra ausente no Continente, a quem agradeço o trabalho desenvolvido pela Associação Académica.

Aproveito, ainda, para saudar todos os meus colegas, bem como os alunos que são a razão de ser de uma Universidade.

O mandato desta equipa reitoral foi marcado, até este ano:

- pelo prosseguimento dos cortes e perturbações na definição e transferência das dotações do Orçamento do Estado para as Instituições do Ensino Superior;
- pelas dificuldades na contratação de recursos humanos e substituição de funcionários (docentes e não docentes) que deixam de estar ao serviço;
- por restrições à autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES), de índole diversa;
- pela continuação da quebra do número de estudantes matriculados na Universidade da Madeira;
- pelo tema da reforma do ensino superior e da sua rede, bem como do seu modelo de financiamento;
- e, nos últimos anos, pela forte polémica à volta da avaliação dos centros de investigação pela FCT.

A problemática da reforma do ensino superior, recorde-se, foi colocada na ordem do dia pelo anterior Secretário de Estado do Ensino Superior, Professor Doutor José Ferreira Gomes. A sua discussão iniciou-se ainda em 2013 e culminou com a apresentação pública, pelo Sr. Secretário de Estado, das "Linhas de Orientação Estratégica para o Ensino Superior", a 7 de maio de 2014.

De entre as medidas consideradas, nesse documento, salienta-se a criação dos cursos técnicos superiores profissionais, a oferecer pelos institutos politécnicos e pelas unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades, e a aprovação do Estatuto do Estudante Internacional, a par de outras medidas de menor impacto ou ainda em fase de preparação ou implementação.

Foi ainda proposto um novo modelo de financiamento do Ensino Superior, de caráter distributivo, que não abordaremos aqui, uma vez que o atual Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professor Doutor Manuel Heitor, já declarou que não tenciona aplicar uma nova fórmula de financiamento sem que haja um aumento considerável da dotação global para o Ensino Superior.

Naturalmente, a UMA, na definição da sua estratégia de desenvolvimento e dos seus planos de atividade, não podia deixar de ter em conta essas linhas de orientação e, dentro das principais medidas tomadas em 2015, destacam-se, pela sua importância:

- a alteração dos Estatutos da Universidade para, entre outras coisas, acomodar a criação de novas unidades orgânicas politécnicas, que permitissem, nomeadamente, oferecer cursos técnicos superiores profissionais em outras áreas para além da saúde;
- a criação, para esse fim, da denominada Escola Superior de Tecnologias e Gestão;
- e a oferta dos primeiros quatro cursos técnicos superiores profissionais (TeSP), cursos que tiveram uma grande adesão, com 210 candidatos para 76 vagas.

O ano de 2016 apresenta um novo quadro, decorrente da existência de uma diferente equipa governativa, que aparenta representar já uma relativa inflexão, positiva, na política em relação ao Ensino Superior. Na realidade:

- Em relação a 2016 é afirmado que as Instituições de Ensino Superior receberão exatamente a mesma dotação que em 2015, corrigida em função das alterações salariais que irão ocorrer, para o que será procedido a um reforço orçamental apropriado;
- E o atual Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior anunciou que pretende aumentar o financiamento das Instituições de Ensino Superior a partir de 2017, com base num contrato de confiança, de incidência plurianual (2017-2019), a estabelecer pela Tutela com cada Instituição.

Apesar das recentes cativações, ocorridas no início de abril (a que, após a reação do Conselho de Reitores e de outras entidades, se seguiram descativações, embora não totais), terem levantado algumas "sombrias" sobre esse quadro de esperança que se estava a formar, continua a existir uma expectativa de confiança numa inflexão da política em relação ao Ensino Superior, a qual é absolutamente indispensável.

O estabelecimento do contrato de confiança será, assim, uma das principais tarefas deste ano de 2016, tendo já sido acordado, no âmbito do Conselho Geral, por proposta do Reitor, a criação de um grupo, formado por um ou dois Conselheiros de cada uma das Comissões Especializadas do Conselho Geral em Assuntos Financeiros e Planeamento Estratégico, para apoiar a Reitoria na preparação e negociação desse contrato de confiança.

De entre os pontos que julgamos de interesse abordar com a Tutela, nessas negociações, salientaríamos:

- *A questão da insularidade e da escala:*

É necessário dispor de uma fórmula de financiamento, ou de uma dotação adicional, que permita compensar as universidades das Regiões Autónomas não só pelos custos acrescidos pela sua situação insular e ultraperiférica, situadas a mais de 900 km de distância das outras universidades públicas portuguesas (com impactos óbvios na possibilidade de estabelecer parcerias, por exemplo, no âmbito da oferta de ciclos de estudos, e nos custos dessas parcerias), mas também, e fundamentalmente, por não poderem usufruir dos ganhos decorrentes de um maior número de alunos.

A Universidade da Madeira é, não só, a mais jovem universidade pública do País, mas, também, a que tem menos alunos, perto de três mil, seguindo-se-lhe a Universidade dos Açores, com cerca de três mil e quinhentos alunos, após o que se segue a Universidade de Évora, já com bem mais de seis mil alunos (de acordo com os dados do CRUP).

Ora, não só o número necessário de funcionários não docentes da administração central e dos serviços de apoio de uma Instituição de Ensino Superior não cresce linearmente com o número de alunos, como os custos docentes da formação de um aluno diminuem quando o número de alunos do curso aumenta (embora de forma não linear).

Assim, se é obrigação do Estado suportar (pelo menos parcialmente) o custo da formação dos estudantes, deve ter isso em conta, financiando percentualmente mais as Instituições com números de alunos abaixo de certos limiares e com menor número médio de alunos por curso, em moldes a estudar.

- *Um outra questão fundamental é a do ensino politécnico:*

Sendo objetivo dos Governos, Nacional e Regional, o desenvolvimento do ensino politécnico na Região Autónoma da Madeira, e nomeadamente dos novos cursos técnicos superiores profissionais, e sendo consensual que não faz sentido criar um Instituto Politécnico na Região para o efeito, devendo ser a Universidade a desenvolver, no seu próprio seio, esse ensino, a UMa procedeu às necessárias alterações dos seus Estatutos, com a criação de uma nova escola superior para a oferta de ciclos de estudos de natureza politécnica.

No entanto, embora necessário, tal não é suficiente. Na realidade, com exceção da área da Enfermagem, a UMa não dispõe de docentes na carreira politécnica, recorrendo, para o efeito, provisoriamente, a uma afetação parcial de docentes universitários e a contratações a tempo parcial.

É, assim, necessário criar condições, nomeadamente financeiras, que permitam as indispensáveis contratações para tal oferta, a par da construção de uma rede regional para o efeito.

- *Uma terceira questão a abordar é a da Medicina:*

Em relação ao Ciclo Básico de Medicina, mantém-se o objetivo de ter na UMa, a prazo, não os dois mas os primeiros três anos do Mestrado Integrado em Medicina, que conferem o grau de Licenciado em Estudos Básicos de Medicina.

Irão decorrer negociações com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e com o Governo Regional, e necessariamente também com a Tutela, para procurar reunir as condições necessárias a tal extensão e sua submissão à A3ES (a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior).

No âmbito de extensão do curso de Medicina na Madeira, é igualmente importante que o futuro novo Hospital da Região seja planeado de modo a dispor também das valências necessárias às de um hospital universitário.

- Para além dos temas anteriores, existem ainda vários outros assuntos a abordar no quadro de um contrato de desenvolvimento para a UMa, como, por exemplo:
  - O enorme défice de professores associados e catedráticos na UMa, que se situa em 17% do conjunto dos professores de carreira, em vez dos 50% considerados mínimos no Estatuto da Carreira Docente Universitária;
  - A problemática (geral) da degradação das instalações e da renovação dos equipamentos e a questão das amortizações no âmbito da sua aquisição por projetos;
  - A questão da autonomia universitária e da imposição de restrições, como a obrigatoriedade de recorrer ao Sistema Nacional de Compras Públicas, que têm ainda maior impacto negativo em universidades, como a nossa, situadas em regiões em que as economias locais não usufruem do efeito de escala proporcionado pelos grandes centros;
  - E a necessidade de poder aceder a fundos que nos apoiem na internacionalização, nomeadamente para a divulgação da nossa oferta formativa e captação de estudantes internacionais.

Note-se que embora as verbas necessárias para a divulgação e captação de estudantes internacionais não variem significativamente de universidade para universidade, o seu peso no respetivo orçamento é muito maior na UMa, devido ao seu orçamento exíguo, do que nas outras universidades.

Saliente-se que estes contratos de confiança irão ser discutidos após sucessivos anos de desinvestimento no Ensino Superior. Como foi referido pelo atual Ministro, na reunião que teve com o Conselho de Reitores a 5 de janeiro de 2016, o investimento em Ciência e Tecnologia decresceu 23% de 2010 a 2014, tendo 1076 docentes abandonado o Ensino Superior nos últimos quatro anos.

E essas sucessivas reduções das transferências do Orçamento de Estado foram acompanhados por fortes quebras no número de alunos e conseqüente redução das propinas cobradas, a principal componente das nossas receitas próprias.

No caso da UMa, o número de alunos em cursos com pelo menos 60 ECTS decresceu:

- 7,9% em 2012/13 (face ao ano letivo anterior);
- 8,4% em 2013/14; e

- o 5,6% em 2014/15.

Neste ano letivo, continua a existir um decréscimo de cerca de 2,2% no número total de alunos, apesar do número de novos alunos ter crescido pela primeira vez nos últimos 4 anos e em mais de 10% (em grande parte devido à oferta dos quatro novos cursos técnicos superiores profissionais e da pós-graduação em Contabilidade e Fiscalidade).

Por outro lado, tornou-se necessário proceder a alguns investimentos imprescindíveis, seja na renovação de equipamentos que se encontravam completamente obsoletos, seja para a satisfação de requisitos necessários à acreditação dos ciclos de estudos pela A3ES, envolvendo, por exemplo, reforço do corpo docente e/ou montagem de laboratórios em algumas áreas.

A conjugação dos sucessivos cortes orçamentais com as referidas quebras no número de alunos e a necessidade de investimentos inadiáveis, têm levado a exercícios cada vez mais negativos.

Apesar da situação da Universidade ser, de momento, sólida, face ao saldo acumulado de que ainda dispõe, a execução orçamental de 2015 foi muito negativa.

Tal implica a necessidade imperiosa de, em 2016, aumentar as receitas da UMa, normais e extraordinárias, e diminuir, na medida do possível, as suas despesas de funcionamento.

Em particular, o atual quadro torna inviável continuar a manter o valor das propinas dos 1.º ciclos inalterado, nomeadamente se se pretende manter, como desejamos e iremos fazer, os vários apoios aos estudantes e, em particular, o fundo de apoio de emergência, através do qual a UMa paga a propina a 40 estudantes, com dificuldades, mas já não abrangidos pela bolsa da Ação Social.

Assim, em 2016/17 existirá um aumento anual de 28,47€ nas propinas dos 1.º ciclos de estudos e de 25€ nas propinas dos cursos técnicos superiores profissionais. Saliente-se que, no caso dos Bolseiros da Ação Social, que são cerca de 42% dos estudantes da Universidade, este ligeiro aumento (inferior a 3€ por prestação) é totalmente suportado pelo Estado.

Note-se, ainda, que para além do fundo de apoio de emergência da UMa, continuarão a existir e aumentarão as bolsas suportadas por empresas, que, no âmbito da sua responsabilidade social, pagam as propinas de estudantes, não abrangidos pela bolsa da Ação Social, em função do seu mérito e dificuldades financeiras.

Essas bolsas, conforme os casos:

- tanto podem abranger qualquer aluno da UMa, de cursos de 1.º ou 2.º ciclos de estudos ou de cursos técnicos superiores profissionais;
- como podem ser dirigidas apenas para certos cursos de Engenharia, que são importantes para a Região, mas que passam, de momento, por dificuldades de atração de alunos, como é o caso das bolsas patrocinadas pelo grupo AFA e pela empresa EUTELSAT;
- como podem dirigir-se apenas a alunos provenientes de alguns conselhos, como no caso das bolsas angariadas através da colaboração com a Câmara Municipal da Ribeira Brava.

Concretamente, em 2015/16 obteve-se os seguintes apoios:

- empresa Blandy - 10 bolsas;
- Grupo AFA - 3 bolsas;
- Clube Desportivo Nacional - 2 bolsas;
- delegação da Madeira da Cruz Vermelha Portuguesa - 2 bolsas;
- empresa EUTELSAT - 4 bolsas;
- Grupo Sousa - 1 bolsa; e
- empresa ACIN- 15 bolsas.

Em 2016/17 prevê-se, desde já, que estas empresas passem a apoiar 45 alunos (em vez dos 37 alunos que apoiaram em 2015/16).

A estas empresas, gostaria de agradecer, em nome da Universidade da Madeira, este apoio, que contribuirá, significativamente, para alcançarmos o objetivo de nenhum aluno deixar de tirar um curso na UMa por razões económicas.

Frise-se, ainda, que, para além do fundo de apoio de emergência, continuaremos a manter:

- a) o apoio às bolsas de alimentação, de iniciativa da AAUMa, através do financiamento de 10 bolsas em cada semestre (no valor aproximado de 200€ cada); a possibilidade de regularização de dívidas à UMa em 36 prestações;
- b) a possibilidade de pagamento das propinas em 10 prestações;
- c) a redução a 50% do valor da propina dos estudantes a tempo parcial;

- d) e a possibilidade dos alunos de 2.º e 3.º ciclos a que só falte a dissertação poderem pagar apenas 1/10 da propina anual por cada mês de que necessitem para a concluir, até um máximo de 5 meses (pagando a partir daí a propina anual integral).

Igualmente iremos manter o apoio aos nossos antigos alunos, protocolado com a Associação dos Antigos Alunos da Universidade em 14 de outubro de 2015, o qual prevê a redução de 10% no valor das propinas dos mestrados e doutoramentos com propinas mais elevadas (acima dos 1500 euros), bem como a possibilidade de uma redução parcial de propinas em pós-graduações e outros cursos não conferentes de grau, a decidir caso a caso.

Caros colegas, funcionários e alunos da Universidade e ilustres convidados,

Como tenho referido várias vezes, a consolidação e afirmação da Universidade, no médio e longo prazo, dependem da sua capacidade de se internacionalizar e de se assumir como um dos motores do desenvolvimento da Região.

Mas, no curto prazo, a sustentabilidade financeira e de recursos humanos da Universidade vai depender, em grande parte, desta conseguir inverter a tendência de diminuição do seu número de alunos, passando a crescer, o que exigirá, entre outras medidas, capacidade para se abrir a novos públicos.

Consideramos que o alargamento da formação avançada, em simultâneo com uma oferta sustentada dos novos cursos técnicos superiores profissionais, juntamente com uma maior captação de estudantes internacionais, constituem objetivos em que toda a Universidade se terá de empenhar e ajudar a viabilizar.

Por outro lado, o reforço das condições para o desenvolvimento da investigação na UMa terá de continuar a ser uma das nossas preocupações.

É muito importante aumentar a participação dos nossos docentes em Unidades de Investigação e Desenvolvimento financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, bem como apoiar a criação de grupos e centros de investigação na UMa, que aumentem a produção científica dos docentes da Universidade e fomentem a participação dos estudantes em ambientes de investigação, esperando-se que a regulamentação dos projetos da UMa, a submeter à Comissão Académica e ao Conselho Geral, possa contribuir para esse efeito.



Como é bem conhecido, os anos anteriores foram marcados por forte polémica à volta da avaliação dos centros de investigação pela FCT. Como a minha intervenção já está longa, no que respeita a esse processo, em relação ao qual o CRUP foi extremamente crítico, gostaria apenas de salientar, como muito positivo, a passagem de Bom para Muito Bom do *Centro de Química da Madeira (CQM)*, a manutenção como Excelente do *Laboratório de Robótica e Sistemas de Engenharia (Larsys)*, laboratório associado onde está integrado o *Madeira Interactive Technologies Institute (M-ITI)*, a manutenção como Muito Bom do *Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano*, onde temos um polo, e, ainda, a classificação de excepcional obtida pelo *Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear (IPFN)*, onde se encontra integrado o nosso grupo de Física dos Plasmas.

Gostaria ainda de salientar, com satisfação, que o montante do orçamento das candidaturas acabadas de submeter ao POMAC 2014-2020 mais que triplica o das candidaturas submetidas ao POMAC 2007-2013, passando de cerca de quatro milhões de euros submetidos 2007-2013 para quase doze milhões e meio de euros submetidos agora. Mas é importante melhorar, cada vez mais, o apoio aos docentes quer na elaboração de candidaturas, quer na sua execução.

Por outro lado, deve-se, igualmente, melhorar a divulgação da investigação que é feita na UMa, incluindo em centros e grupos não integrados em unidades financiadas pela FCT, bem como estimular a colaboração interdisciplinar, a inovação e a ligação às empresas, seja no âmbito de candidaturas de projetos conjuntos, seja no quadro de prestação de serviços.

Nesse âmbito, saliente-se a assinatura, em fevereiro de 2015, de um protocolo de colaboração com a ACIF, bem como as várias colaborações já existentes com empresas e entidades regionais, em múltiplas áreas, que vão desde a agroalimentar, à saúde, às tecnologias da comunicação e informação e à cultura.

Está na hora de terminar.

Mas, antes disso, não posso deixar de recordar que neste ano, de 2016, faz 25 anos que iniciou a sua atividade a Associação Académica da Universidade da Madeira (AAUMa). A todos os seus Presidentes quero agradecer o trabalho que a Associação Académica tem desenvolvido em prol da Universidade.

Por sua vez, também neste ano de 2016, faz 20 anos que a UMa deixou a fase de instalação, com a homologação dos seus primeiros Estatutos pelo Ministro da Educação, o Professor Doutor Marçal Grilo, no Anfiteatro do Edifício do Colégio, a 13 de maio de 1996.

Desde então temos percorrido, passo a passo, um longo percurso de implantação na Região, em que cada vez mais a Universidade se assume e é reconhecida por todos como um ator indispensável ao desenvolvimento cultural, social e económico da Madeira.

Dentro de minutos teremos um dos pontos altos deste evento, com a entrega da medalha dos 25 anos da UMa, concebida pelo nosso saudoso colega Celso Caires, aos funcionários, docentes e não docentes, que completam 25 anos efetivos "de casa" neste ano.

Com tal homenagem pretendemos reconhecer o seu papel indispensável na construção da nossa Instituição e, por extensão, agradecer a todos os que têm contribuído para a afirmação da Universidade, docentes, funcionários não docentes e alunos.

A todos o meu muito obrigado, em nome da Instituição.